

COM BASE NO EDITAL Nº 001/2026



SME

MARACANAÚ - CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ - CEARÁ

**PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA
FUNDAMENTAL - 3º AO 5º ANO**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Atualidades e Convivência Societária
- ▶ Conhecimentos Educacionais
- ▶ Didática
- ▶ Conhecimentos Específicos



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- ✗ Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- ✗ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- ✗ Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- ✗ Questões gabaritadas
- ✗ Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





MARACANAÚ - CE

**SME - PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARACANAÚ - CEARÁ**

**PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA –
FUNDAMENTAL – 3º AO 5º ANO**

EDITAL Nº 001/2026 DE 12 DE JANEIRO 2026

**CÓD: OP-049JN-26
7908403586776**

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto; situação comunicativa; pressuposto e subtendido; inferência; ambiguidade; polissemia; intertextualidade; tipos de linguagem	9
2. Tipos e gêneros textuais	15
3. Estrutura textual; progressão temática paragrafação; enunciado; coesão; coerência	19
4. Variações linguísticas	21
5. Formalidade e informalidade ; propriedade lexical; adequação da linguagem	21
6. Fonética e fonologia (encontros consonantais, encontros vocálicos, dígrafos)	26
7. Acentuação gráfica.....	28
8. Pontuação	35
9. Ortografia.....	41
10. Morfologia (classes de palavras; sintaxe de colocação	46
11. Funções da linguagem	56
12. Processo de formação das palavras).....	59
13. Análise sintática dos períodos simples e composto.....	62
14. Concordância verbal e nominal	64
15. Regência verbal e nominal.....	68
16. Produção textual.....	70

Matemática

1. Conjuntos numéricos: números naturais e inteiros, números racionais e irracionais (reta numérica, valor absoluto, representação decimal), números reais (relação de ordem e intervalos), operações. números relativos inteiros e fracionários: operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). frações ordinárias e decimais. números decimais: propriedades e operações	85
2. Múltiplos e divisores, divisibilidade, números primos, fatoração.....	97
3. Máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum.....	99
4. Expressões numéricas.....	100
5. Equações do 1º e 2º graus. problemas	100
6. Sistemas de medida de tempo. sistema métrico decimal.....	101
7. Sistema monetário brasileiro	104
8. Problemas, números e grandezas proporcionais: razões e proporções. divisão em partes proporcionais.....	107
9. Regra de três simples e composta	112
10. Porcentagem.....	113
11. Juro simples: juros, capital, tempo, taxas e montantes	115
12. Fundamentos da teoria dos conjuntos	116

ÍNDICE

Atualidades e Convivência Societária

1. A crise dos poderes e a defesa da democracia: o impacto dos movimentos de 8 de janeiro e o papel das instituições	123
2. Mudanças climáticas e a “nova normalidade”.....	124
3. Eventos extremos no brasil (das secas no nordeste às enchentes no sul).....	125
4. Economia do cuidado: o reconhecimento do trabalho não remunerado das mulheres na sociedade brasileira.....	126
5. A saúde mental pós-pandemia: o aumento de transtornos de ansiedade e depressão na comunidade escolar.....	127
6. Combate ao racismo estrutural: a lei que equipara injúria racial ao crime de racismo.....	129
7. Violência nas escolas: o debate nacional sobre protocolos de segurança e a cultura de paz.....	130
8. Direitos lgbtqia+: avanços jurídicos e a persistência da violência no brasil (o país que mais mata essa população)	131
9. Crise migratória e refugiados: o acolhimento de venezuelanos e o papel do brasil no cenário internacional.....	132
10. Inteligência artificial na educação: ética, desafios e possibilidades do chatgpt e outras ferramentas em sala de aula	133
11. Letramento digital e fake news: o combate à desinformação como competência transversal no ensino.....	135
12. Desigualdades sociais e regionais no brasil: diferenças históricas entre regiões, com destaque para os indicadores sociais do nordeste e os desafios de superação da pobreza	136
13. Inclusão educacional e direitos das pessoas com deficiência: avanços e desafios da educação inclusiva, políticas públicas e o papel da escola na garantia de direitos.....	137
14. Primeira infância como prioridade de políticas públicas: importância da educação infantil, creches, pré-escola, desenvolvimento integral e investimentos estratégicos	139
15. Violência, segurança pública e juventude: debates nacionais e regionais sobre criminalidade, políticas de prevenção e proteção social, com foco no nordeste.....	143
16. Uso responsável das tecnologias digitais na educação: desafios do uso de telas, ensino híbrido, educação midiática e pensamento crítico	146
17. Infância, adolescência e proteção social: eca, políticas de proteção integral e o papel da escola como espaço de cuidado e prevenção	148
18. Políticas públicas para mulheres: combate à violência de gênero, equidade, participação política e econômica	150
19. O papel do professor na formação cidadã: educação como instrumento de transformação social, ética, democracia e desenvolvimento humano	152
20. Segurança pública e facções no ceará: o desafio da segurança no estado e o impacto na rotina escolar.....	154
21. Ceará como polo de educação pública de referência: resultados educacionais, políticas de alfabetização, regime de colaboração entre estado e municípios	156
22. Educação em tempo integral: a expansão da rede de escolas em tempo integral no ceará, os desafios e os benefícios dessa modalidade de ensino para a formação integral dos estudantes	157

Conhecimentos Educacionais

1. O atual sistema educacional brasileiro	163
2. A escola pública como instrumento de inclusão social.....	164
3. A legislação educacional brasileira: lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96.....	168
4. Plano nacional de educação	188
5. Organização do ensino na escola	205
6. A gestão democrática	205
7. Instâncias colegiadas de gestão na escola pública de ensino	212

AMOSTRA

1. Parâmetros curriculares nacionais do ensino fundamental.....	213
2. Natureza do trabalho pedagógico: fundamentação filosófica, política e educacional	223
3. O papel do educador no ingresso, permanência e sucesso do aluno na escola	225
4. As contribuições científico tecnológicas para o conhecimento do processo de aprendizagem na infância, na adolescência, na juventude e no adulto.....	226
5. A influência de paulo freire na educação e no mundo	228

Didática

1. Concepções de sociedade, homem e educação	237
2. A função social da escola pública.....	238
3. A história da organização da educação brasileira	239
4. A educação como ato político, a pedagogia como ciência da educação e a didática como teoria e prática do ensino.....	241
5. Os pressupostos teóricos e metodológicos da ação docente	242
6. Planejamento educacional: tipos, concepções, processos de elaboração, acompanhamento e avaliação do projeto político pedagógico e do planejamento da ação docente	243
7. Elementos do plano de ensino e sua relação com a prática da sala de aula e o contexto social do educando	245
8. A gestão da sala de aula e sua relação com os paradigmas educacionais presentes na prática educativa	246
9. As novas tecnologias e suas aplicações na construção do conhecimento	247
10. A avaliação da aprendizagem: concepções, princípios, procedimentos e instrumentos	252
11. Registros e trocas de experiências do/no cotidiano da sala de aula.....	253
12. Relação professor x aluno, pais e comunidade	254
13. Organização do ensino-aprendizagem e articulação com a diversidade	255
14. Contextualização e interdisciplinaridade na construção do conhecimento.....	257
15. A educação de jovens e adultos: pressupostos teóricos e metodológicos na eja.....	258
16. Educação indígenas: noções básicas.....	260
17. Educação inclusiva: noções básicas	261

Conhecimentos Específicos

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais e habilidades específicas de Língua Portuguesa e Matemática para o 3º4º e 5º ano	273
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no contexto escolar.....	304
3. O papel do professor na ampliação das práticas sociais de leitura e escrita e a inserção das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC)	365
4. Estudo das fases de desenvolvimento cognitivo (Piaget) e da Zona de Desenvolvimento Proximal (Vygotsky) aplicadas à criança de 8 a 10 anos	367
5. Compreensão dos indicadores e resultados de avaliações como SAEB/Prova Brasil e sua utilização para o planejamento pedagógico e a correção de fluxo	370
6. A articulação entre os componentes curriculares (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia) e a abordagem de temas contemporâneos.....	373
7. Estratégias de diferenciação curricular e adaptações pedagógicas para garantir a aprendizagem de todos os estudantes	376

AMOSTRA

1. O erro como fonte de informação para o professor e a elaboração de estratégias de recuperação e aprofundamento da aprendizagem	378
2. O foco no estudante e a garantia dos direitos previstos na BNCC (conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se)	381
3. A relação entre o currículo oficial, o PPP da escola e a prática docente na sala de aula	383
4. Consolidação das regras ortográficas, acentuação, pontuação complexa e introdução às classes de palavras (substantivo/adjetivo, verbo)	385
5. Estudo da concordância nominal e verbal básica, regência, e o uso de recursos expressivos (sinônimos, antônimos, polissemia)	385
6. Leitura, análise e produção de textos mais complexos e longos (notícias, reportagens, textos de opinião, textos instrucionais, narrativas de aventura)	386
7. Desenvolvimento de habilidades de inferência, localização de informações explícitas e implícitas, e identificação do tema central e das ideias secundárias	386
8. Planejamento, textualização, revisão e edição de textos, considerando o leitor, o propósito e o gênero textual	386
9. Leitura, escrita e composição/decomposição de números naturais (até a ordem das dezenas de milhar ou milhões) e introdução aos números racionais (frações e decimais); Domínio da multiplicação e divisão (com um e dois algarismos no divisor), e o uso de diferentes estratégias de cálculo mental e escrito	389
10. Resolução de problemas que envolvam mais de uma operação e a interpretação de dados apresentados em diferentes formatos (tabelas, gráficos); Leitura e interpretação de gráficos de barras, colunas e setores, e a introdução ao conceito de chance e probabilidade	404
11. Conversão de unidades de medida (tempo, comprimento, massa, capacidade) e cálculo de perímetro e área de figuras planas simples; Classificação de figuras planas e espaciais, e o uso de coordenadas cartesianas para localização e movimentação no plano	409
12. Estratégias para promover a autonomia e a responsabilidade dos alunos, o trabalho em grupo e a construção de um ambiente de aprendizagem colaborativo	427
13. Sala de aula invertida (flipped classroom), aprendizagem baseada em projetos e gamificação para o engajamento dos estudantes do 3º ao 5º ano	430
14. Identificação de estudantes com dificuldades específicas e a implementação de planos de intervenção e reforço pedagógico	432
15. Integração de softwares educativos, plataformas de aprendizagem e recursos multimídia para enriquecer as aulas de Língua Portuguesa e Matemática	434
16. Estímulo à criatividade e ao raciocínio lógico por meio de atividades práticas, construção de protótipos e desafios de engenharia	436
17. Desenvolvimento da inteligência emocional, mediação de conflitos e promoção da cultura de paz e do bullying zero	438
18. A importância do trabalho em equipe com outros professores e coordenadores pedagógicos para o alinhamento curricular e a troca de experiências	440
19. Utilização de diferentes instrumentos avaliativos (observação, autoavaliação, portfólios) para acompanhar o percurso de aprendizagem do aluno	443

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO; SITUAÇÃO COMUNICATIVA; PRESSUPOSTO E SUBTENDIDO; INFERÊNCIA; AMBIGUIDADE; POLISSEMIA; INTERTEXTUALIDADE; TIPOS DE

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

AMOSTRA

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

► Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

► Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

▪ **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

TEXTOS NÃO-VERBAIS

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

► Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

▪ **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.

▪ **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.

▪ **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

MATEMÁTICA

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS NATURAIS E INTEIROS, NÚMEROS RACIONAIS E IRRACIONAIS (RETA NUMÉRICA, VALOR ABSOLUTO, REPRESENTAÇÃO DECIMAL), NÚMEROS REAIS (RELAÇÃO DE ORDEM E INTERVALOS), OPERAÇÕES. NÚMEROS RELATIVOS INTEIROS E FRACIONÁRIOS: OPERAÇÕES E SUAS PROPRIEDADES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO E POTENCIAÇÃO). FRAÇÕES ORDINÁRIAS E DECIMAIS. NÚMEROS DECIMAIS: PROPRIEDADES E OPERAÇÕES

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

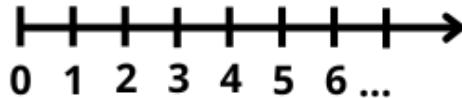
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (\mathbb{N})

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e comprehende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

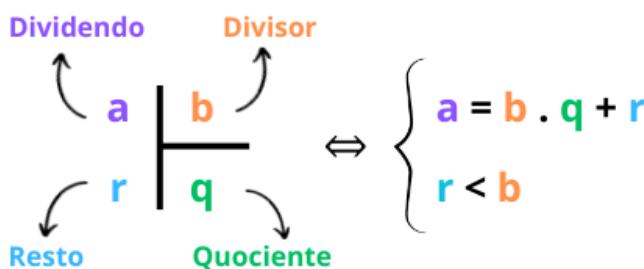
Podemos no lugar do “x” (vezes) utilizar o ponto “.”, para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.

AMOSTRA



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo: $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo: $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em \mathbb{N}

- Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- Associativa da multiplicação:** $(a.b).c = a. (b.c)$
- Comutativa da multiplicação:** $a.b = b.a$
- Elemento neutro da multiplicação:** $a.1 = a$
- Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a.(b+c) = ab + ac$
- Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a.(b-c) = ab - ac$
- Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

(A) 3 642.
 (B) 3 828.
 (C) 4 093.
 (D) 4 167.
 (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram $833 \cdot 5 = 4165$ calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1 ^ª Zona Eleitoral	2 ^ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Brancos	18	25
Abstenções	183	175

(A) 3995
 (B) 7165
 (C) 7532
 (D) 7575
 (E) 7933

Resolução:

$$1\text{ª} \text{ Zona: } 1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$$

$$2\text{ª} \text{ Zona: } 2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

(A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
 (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
 (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
 (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
 (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

ATUALIDADES E CONVIVÊNCIA SOCIETÁRIA

A CRISE DOS PODERES E A DEFESA DA DEMOCRACIA: O IMPACTO DOS MOVIMENTOS DE 8 DE JANEIRO E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES

A DEMOCRACIA SOB ATAQUE

Nos últimos anos, o Brasil tem atravessado um período de forte polarização política e tensão institucional. Esse cenário, alimentado por discursos extremistas, disputas entre os Poderes e a disseminação de desinformação, criou um ambiente propício para o questionamento das bases democráticas do país.

Dentro desse contexto, o dia 8 de janeiro de 2023 se tornou um marco simbólico e concreto de um ataque direto à democracia brasileira. Naquele dia, manifestantes radicalizados invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes da República, em Brasília, numa tentativa de subverter a ordem institucional e questionar o resultado legítimo das eleições.

O DIA 8 DE JANEIRO DE 2023: FATOS, CAUSAS E MOTIVAÇÕES

No dia 8 de janeiro de 2023, milhares de manifestantes invadiram os prédios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo. A ação foi marcada por vandalismo, destruição de patrimônio público e símbolos nacionais, além de ameaças explícitas à ordem constitucional.

Esse atos não surgiram de forma espontânea. Eles foram precedidos por semanas de articulação em redes sociais e aplicativos de mensagens, nos quais se propagavam teorias conspiratórias sobre fraude eleitoral e incitação à intervenção militar. A insatisfação com o resultado das eleições de 2022, que elegeram Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência, foi canalizada por grupos extremistas que rejeitavam o funcionamento regular das instituições democráticas.

A motivação dos envolvidos se ancorava em uma visão distorcida da democracia, na qual apenas os seus candidatos legítimos poderiam vencer. Tal visão nega o princípio básico do jogo democrático: a alternância de poder por meio do voto popular. Além disso, houve questionamentos importantes sobre a atuação (ou omissão) das forças de segurança, principalmente do Distrito Federal, diante da clara possibilidade de ataques, levantando suspeitas de conivência e negligência.

Do ponto de vista jurídico, os atos do 8 de janeiro foram classificados como crimes contra o Estado Democrático de Direito, com enquadramentos que vão de associação criminosa até tentativa de golpe de Estado. As investigações conduzidas revelaram o financiamento e a organização por trás dos ataques, com envolvimento de empresários, influenciadores e agentes públicos.

AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS E A RESPOSTA À CRISE

Diante da gravidade dos fatos, a resposta das instituições foi rápida e firme. O Supremo Tribunal Federal, por meio do ministro Alexandre de Moraes, determinou a prisão de dezenas de envolvidos, o bloqueio de bens de financiadores e o afastamento de autoridades acusadas de omissão. O Congresso Nacional se posicionou em defesa da democracia e da ordem institucional. O Executivo, por sua vez, convocou reunião com os governadores para garantir a coesão federativa.

Esse movimento institucional conjunto demonstrou a importância do sistema de freios e contrapesos. Quando um dos Poderes é atacado, os outros se articulam para preservar a ordem constitucional. Esse é um dos pilares do modelo republicano de governo e mostra que a democracia brasileira, embora atacada, possui mecanismos internos de defesa.

Além das ações imediatas, foram tomadas medidas legislativas e administrativas para evitar a repetição de eventos semelhantes. Debates sobre a regulação das redes sociais e sobre a responsabilização de plataformas digitais que propagam desinformação ganharam força. O fortalecimento das instituições passa também pelo aprimoramento das leis que regem a convivência democrática.

A CRISE ENTRE OS TRÊS PODERES: RUPTURAS E TENTATIVAS DE RECOMPOSIÇÃO

A crise do 8 de janeiro não surgiu do nada. Ela foi alimentada por anos de tensão entre os Poderes, especialmente durante o governo anterior, que frequentemente atacava o Judiciário e colocava em dúvida o processo eleitoral. A retórica beligerante, os discursos de ruptura e a tentativa de enfraquecer instituições como o STF e o TSE criaram um ambiente de instabilidade.

Os Poderes da República têm funções definidas pela Constituição Federal. O Legislativo faz as leis, o Executivo as executa e o Judiciário as interpreta e garante sua aplicação. Quando esses limites são desrespeitados ou há tentativas de interferência mútua indevida, o sistema perde equilíbrio. O Brasil viveu momentos em que o Executivo buscava enfraquecer o Judiciário e influenciar o Legislativo, o que agravou a crise institucional.

Por outro lado, houve esforços posteriores de recomposição. Após os ataques, os Três Poderes reafirmaram publicamente seu compromisso com a democracia, promovendo reuniões e firmando pactos em defesa da ordem constitucional. Esses movimentos indicam que, mesmo diante da crise, é possível restaurar o diálogo e o respeito institucional.

AMOSTRA

O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL E DA IMPRENSA NA DEFESA DEMOCRÁTICA

A democracia não se sustenta apenas por suas instituições formais. Ela depende, sobretudo, da participação ativa da sociedade civil e de uma imprensa livre. Após os ataques de janeiro, diversos setores da sociedade se mobilizaram em repúdio aos atos antidemocráticos. Associações, movimentos sociais, universidades, artistas e cidadãos comuns se manifestaram publicamente em defesa do Estado Democrático de Direito.

A imprensa teve papel fundamental ao cobrir os eventos de forma contínua, denunciar os envolvidos e pressionar por respostas rápidas e efetivas das autoridades. Além disso, foi importante na checagem de fatos e no combate à desinformação, que foi o combustível de boa parte da radicalização.

Outro aspecto essencial é a educação política da população. Uma sociedade democrática precisa compreender como funcionam seus Poderes, seus direitos e deveres, e os mecanismos de participação política. A desinformação só prospera onde há desconhecimento. Por isso, investir em educação cidadã é uma estratégia de longo prazo para fortalecer a democracia.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A “NOVA NORMALIDADE”

O CLIMA ESTÁ MUDANDO — E NOSSAS VIDAS TAMBÉM

Vivemos um tempo em que a crise climática deixou de ser um alerta futuro e passou a fazer parte do cotidiano. Ondas de calor intensas, inundações severas, secas prolongadas, furacões mais potentes e a transformação de biomas são exemplos de fenômenos que vêm se tornando frequentes no noticiário — e na vida das pessoas. Essa nova realidade tem sido chamada de “nova normalidade” climática.

O conceito de nova normalidade climática se refere à constatação de que eventos extremos, antes considerados raros ou excepcionais, estão se tornando corriqueiros. O planeta está aquecendo, e as consequências já são observáveis em todas as regiões do mundo, inclusive no Brasil. Nesse cenário, governos, populações e instituições precisam compreender e se adaptar às mudanças que já estão em curso.

AS CAUSAS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: NATURAIS E ANTRÓPICAS

As mudanças climáticas podem ter origens naturais, como variações na atividade solar, erupções vulcânicas ou ciclos orbitais da Terra. No entanto, o atual aquecimento global tem como principal causa as atividades humanas — por isso, falamos em mudanças climáticas antrópicas.

O fator central é o aumento dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, especialmente o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O). Esses gases retêm o calor do sol na atmosfera, intensificando o chamado efeito estufa natural, essencial à vida, mas que, quando exacerbado, provoca o aquecimento global.

As principais fontes de emissão desses gases são a queima de combustíveis fósseis (petróleo, carvão, gás natural), a agropecuária (particularmente na criação de gado) e uso de

o desmatamento e o uso da terra. No caso do Brasil, o desmatamento da Amazônia e de outros biomas, como o Cerrado, é uma das maiores fontes de emissão de CO₂, uma vez que libera o carbono armazenado nas árvores e compromete a capacidade de absorção do gás pela vegetação.

A ciência vem monitorando essas transformações há décadas. Os estudos do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) reúnem dados e projeções que apontam, de forma inequívoca, para a influência humana no desequilíbrio climático atual. O desafio, agora, é agir com base nesse conhecimento.

AS EVIDÊNCIAS DO AQUECIMENTO GLOBAL E SEUS IMPACTOS

O aquecimento global se expressa, primeiramente, no aumento da temperatura média do planeta. Desde o final do século XIX, a temperatura média global subiu cerca de 1,1°C. Embora esse número pareça pequeno, ele representa transformações profundas nos sistemas climáticos.

Entre as evidências mais concretas, destacam-se o derretimento acelerado das geleiras, a elevação do nível do mar, a acidificação dos oceanos, o aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos e a alteração de padrões de chuva e temperatura. Esses impactos afetam diretamente a vida humana, a biodiversidade e a economia.

No Brasil, já vivenciamos episódios marcantes dessa nova normalidade climática. As secas prolongadas no semiárido e no Centro-Oeste, as enchentes no Sul e no Sudeste, os deslizamentos em regiões urbanas e as ondas de calor recordes são alguns exemplos. Esses fenômenos afetam o abastecimento de água, a produção agrícola, a geração de energia, a saúde pública e a infraestrutura urbana.

Além disso, populações mais vulneráveis — como comunidades ribeirinhas, povos indígenas e moradores de áreas de risco — são as mais impactadas, o que aprofunda desigualdades sociais e impõe um debate sobre justiça climática. As mudanças climáticas não afetam todos da mesma forma, e isso precisa ser considerado nas políticas públicas.

A ADAPTAÇÃO À “NOVA NORMALIDADE” CLIMÁTICA

Diante de um cenário em que os impactos climáticos são inevitáveis, a sociedade precisa se adaptar. A adaptação climática envolve ações para reduzir os danos causados por eventos extremos e garantir a resiliência de comunidades, cidades e ecossistemas.

Essa adaptação pode se dar em diversas áreas. Na infraestrutura urbana, por exemplo, exige melhorias no sistema de drenagem para conter enchentes, construção de moradias seguras em áreas menos vulneráveis e o reforço de sistemas de alerta para eventos extremos. No campo, inclui práticas agrícolas mais resistentes à seca, como a agricultura de baixo carbono, e a proteção de nascentes e mananciais.

Governos municipais e estaduais têm elaborado Planos de Adaptação e Resiliência Climática, que identificam os principais riscos locais e propõem soluções específicas. A prevenção é uma estratégia mais eficaz e econômica do que a resposta a desastres.

CONHECIMENTOS EDUCACIONAIS

O ATUAL SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

O sistema educacional brasileiro passou por diversas transformações ao longo das décadas, refletindo em mudanças sociais, econômicas e políticas. Atualmente, o sistema educacional do Brasil é estruturado em diferentes níveis, desde a educação básica até o ensino superior, cada um com seus desafios e características distintas.

A educação básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Educação Infantil é voltada para crianças de 0 a 5 anos e é considerada a primeira etapa da educação básica. O Ensino Fundamental abrange do 1º ao 9º ano, enquanto o Ensino Médio compreende os últimos três anos da educação básica. Essa fase tem sido objeto de discussões e reformas nos últimos anos, com iniciativas para melhorar a qualidade do ensino, atualizar currículos e promover uma educação mais alinhada com as demandas contemporâneas.

A Lei 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), traz trechos que regulamentam o sistema educacional brasileiro:

[...]

1º Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem

1 <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm

Acesso em novembro de 2023.

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI - alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

[...]

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tornou-se uma ferramenta importante no acesso ao ensino superior, além de ser utilizado como indicador de qualidade do Ensino Médio. As universidades públicas e privadas utilizam o resultado do ENEM como critério de seleção, promovendo, assim, uma avaliação mais abrangente dos conhecimentos dos estudantes.

No ensino superior, o Brasil conta com uma variedade de instituições públicas e privadas. As universidades públicas são conhecidas por sua qualidade acadêmica, mas enfrentam desafios relacionados à expansão da oferta e à busca por financiamento. Programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni)

AMOSTRA

e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foram implementados para facilitar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior privado.

Além disso, o Brasil também abriga uma diversidade de institutos técnicos e escolas profissionalizantes, buscando atender à demanda por profissionais qualificados em diferentes áreas. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferece oportunidades para aqueles que não concluíram seus estudos na idade regular.

No entanto, o sistema educacional brasileiro enfrenta desafios significativos. A desigualdade regional e socioeconômica reflete-se nas discrepâncias de qualidade entre escolas, principalmente no ensino básico. A falta de infraestrutura, a carência de recursos pedagógicos e a formação inadequada de professores são questões que impactam negativamente a qualidade da educação em muitas regiões do país.

As políticas educacionais também têm sido objeto de debates e mudanças ao longo dos anos, muitas vezes influenciadas por diferentes visões ideológicas e orientações políticas. O desafio constante é encontrar um equilíbrio entre a necessidade de reformas estruturais, a garantia de recursos adequados e a promoção de práticas pedagógicas inovadoras.

A tecnologia na educação tem se mostrado uma ferramenta promissora para enfrentar alguns desses desafios, proporcionando novas formas de aprendizado e acesso ao conhecimento. No entanto, a inclusão digital ainda é um desafio em algumas regiões, impactando a capacidade de implementar efetivamente essas soluções.

Em resumo, o atual sistema educacional brasileiro é multifacetado, refletindo os desafios e as complexidades de um país diverso e em constante evolução. A busca por melhorias na qualidade da educação, a equidade de acesso e a adaptação às demandas do mundo contemporâneo continuam a ser prioridades para construir um sistema educacional mais eficiente e inclusivo no Brasil.

A ESCOLA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

PAPEL HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

O papel histórico da educação pública no Brasil está intimamente ligado ao processo de construção da cidadania e da democracia no país. Entender esse papel exige olhar para as transformações sociais, políticas e econômicas que moldaram o sistema educacional brasileiro ao longo do tempo.

► Educação no período colonial e imperial

Durante o período colonial (1500–1822), a educação era essencialmente elitista e voltada à catequese indígena, conduzida principalmente pelos jesuítas. Poucos tinham acesso ao ensino formal, restrito às camadas mais abastadas, enquanto a maioria da população – composta por indígenas, africanos escravizados e mestiços – ficava completamente excluída.

No Império (1822–1889), surgiram as primeiras tentativas de estruturar um sistema nacional de ensino, mas a educação ainda era privilégio das elites. O ensino público era escasso e precário, concentrado em áreas urbanas e oferecido apenas nos níveis elementares.

► Primeira República e a expansão inicial

Com a Proclamação da República (1889), surgiu uma valorização maior da educação como ferramenta de modernização e progresso. O movimento escolanovista das décadas de 1920 e 1930 propôs inovações pedagógicas e maior democratização do ensino, defendendo métodos ativos e a educação voltada à formação integral do indivíduo. No entanto, na prática, a educação pública seguia marcada por desigualdades regionais, especialmente entre áreas urbanas e rurais, e pelo baixo investimento público.

► A Constituição de 1934 e a ideia de direito à educação

A Constituição de 1934 foi a primeira a consagrar a educação como direito de todos e dever do Estado. Mesmo assim, os avanços foram lentos e desiguais. O analfabetismo continuava elevado, e o sistema público carecia de estrutura e financiamento. No período ditatorial (1934–1945), houve ampliação de matrículas, mas com foco tecnicista, preparando mão de obra para o mercado, em vez de priorizar a formação cidadã e a inclusão social.

► Redemocratização e a Constituição de 1988

O marco mais relevante para a educação pública foi a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu no artigo 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Esse texto reforça o caráter universal e inclusivo da educação pública, definindo-a como instrumento essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. A Constituição também prevê o acesso gratuito à educação básica e obriga a União, estados e municípios a garantirem o financiamento adequado.

► Políticas de financiamento e ampliação do acesso

Nas décadas seguintes, o Brasil criou mecanismos importantes para fortalecer a educação pública, como o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, criado em 1996) e seu sucessor, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Esses fundos ajudaram a ampliar matrículas, reduzir desigualdades regionais e melhorar a remuneração docente. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), previsto na Constituição e atualizado periodicamente, estabelece metas claras para avançar em acesso, qualidade e inclusão.

► Educação pública como espaço de inclusão social

O papel histórico da educação pública não se limita a oferecer acesso escolar: ela é um espaço simbólico onde se constrói a

DIDÁTICA

CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE, HOMEM E EDUCAÇÃO

As concepções de sociedade, de ser humano e de educação formam a base filosófica e política de toda prática pedagógica. Essas concepções orientam o que se ensina, como se ensina, para quem e com qual finalidade. Toda proposta curricular, todo plano de aula, todo modelo de avaliação é uma expressão, direta ou indireta, de uma visão de mundo.

Na prática educacional, é comum que essas concepções estejam implícitas, ou seja, não sejam claramente discutidas ou refletidas. No entanto, elas operam silenciosamente nas escolhas pedagógicas. Por isso, o educador que deseja atuar de forma crítica e consciente precisa conhecer e analisar as diferentes correntes de pensamento que sustentam essas visões.

A análise das concepções de sociedade, de homem e de educação não é apenas um exercício teórico. Ela tem implicações concretas na organização do trabalho pedagógico, na gestão escolar, nas políticas públicas de educação e na formação da cidadania. Saber identificar essas concepções é também uma habilidade cada vez mais exigida em concursos públicos e avaliações na área educacional.

CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE: CONSERVADORA, LIBERAL E CRÍTICA

A concepção de sociedade refere-se à forma como se entende a organização social, as relações entre os indivíduos, os papéis das instituições e os mecanismos de mudança social. Na pedagogia, essa concepção influencia diretamente o sentido atribuído à educação.

Sociedade conservadora: Nesta visão, a sociedade é um corpo orgânico, harmônico, onde cada indivíduo deve ocupar seu lugar natural. A educação tem como função conservar a ordem, transmitir valores morais e garantir a obediência às normas. O conhecimento é visto como absoluto e imutável. Essa concepção sustenta práticas pedagógicas autoritárias, baseadas na memorização e na disciplina rígida.

Sociedade liberal: A sociedade é entendida como um conjunto de indivíduos livres e racionais que interagem em busca de seus interesses. Valoriza-se a meritocracia, a neutralidade da escola e a liberdade individual. A educação é vista como meio de ascensão social e como espaço neutro, onde todos têm as mesmas oportunidades. No entanto, ignora-se muitas vezes as desigualdades sociais estruturais que afetam o acesso e o sucesso escolar.

Sociedade crítica: Nessa concepção, a sociedade é entendida como um espaço de contradições, conflitos e lutas por poder. Reconhece-se que as desigualdades sociais são construídas historicamente e que a escola pode tanto reproduzi-las quanto contribuir para sua superação. A educação é vista como prática

política e instrumento de transformação social. Essa concepção está presente em autores como Karl Marx, Antonio Gramsci e Paulo Freire.

CONCEPÇÕES DE HOMEM: NATURALISTA, INDIVIDUALISTA E HISTÓRICO-SOCIAL

A concepção de homem (ou ser humano) está diretamente ligada à forma como se entende o desenvolvimento humano, a aprendizagem e o papel da educação. Essa visão orienta as expectativas em relação ao aluno e o tipo de relação pedagógica que se estabelece.

Concepção naturalista: O ser humano é visto como determinado pela biologia, instintos ou herança genética. Essa visão, influenciada por correntes positivistas, tende a justificar o fracasso escolar como resultado de limitações individuais. Na prática pedagógica, pode levar à exclusão de alunos com dificuldades ou à naturalização das desigualdades.

Concepção individualista: O ser humano é considerado um ser autônomo, racional e responsável por suas escolhas. Essa visão, associada ao liberalismo, valoriza o mérito individual e a competição. A escola, nesse caso, funciona como espaço de seleção, onde os “melhores” avançam. É uma concepção frequentemente usada para legitimar a desigualdade sob o argumento do esforço pessoal.

Concepção histórico-social: O ser humano é entendido como sujeito histórico, construído nas relações sociais, culturais e econômicas. Essa concepção reconhece que todos têm potencial de aprender, mas que esse potencial depende das condições objetivas e subjetivas em que vivem. O educador, nessa visão, é um agente de mediação, que deve criar condições para que todos desenvolvam suas capacidades.

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO: TRADICIONAL, TECNICISTA, LIBERAL RENOVADORA E PROGRESSISTA

As concepções de educação derivam das visões de sociedade e de homem. Elas expressam diferentes finalidades para a escola e modelos distintos de ensino.

Educação tradicional: Tem origem na concepção conservadora. Valoriza a autoridade do professor, a disciplina e a transmissão de conhecimentos considerados “superiores”. O aluno é passivo e deve reproduzir o saber. É comum em práticas que priorizam a memorização, o livro didático e a repetição.

Educação tecnicista: Ligada ao funcionalismo e ao modelo industrial, entende a educação como preparo para o mercado de trabalho. O ensino é fragmentado, com ênfase na eficiência, controle e avaliação quantitativa. O professor é um executor de métodos e o aluno, um receptor de instruções.

AMOSTRA

Educação liberal renovadora: Baseia-se em ideias do “aprender fazendo” (John Dewey). Valoriza a atividade do aluno, o interesse, a experiência e a individualidade. Embora apresente avanços em relação ao modelo tradicional, muitas vezes desconsidera as questões sociais e as desigualdades estruturais.

Educação progressista: Fundada em uma concepção crítica de sociedade e homem, busca formar sujeitos conscientes e capazes de transformar a realidade. Paulo Freire é o principal expoente dessa concepção. O processo educativo é dialógico, participativo e contextualizado. A escola é espaço de reflexão, debate e emancipação.

IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS DAS DIFERENTES CONCEPÇÕES

Cada concepção analisada resulta em práticas pedagógicas específicas. Por exemplo:

- Uma escola com base na concepção tradicional tende a adotar provas padronizadas, aulas expositivas e punições disciplinares.
- Uma escola de orientação liberal-competitiva pode adotar ranking de alunos, olimpíadas de conhecimento e sistemas meritocráticos de avaliação.
- Uma escola com base na pedagogia progressista valoriza o projeto coletivo, o trabalho interdisciplinar, a escuta ativa do aluno e o currículo contextualizado.

Na formação docente, é essencial que o educador reflita sobre suas próprias concepções. Muitas vezes, práticas conservadoras são reproduzidas de forma acrítica, mesmo quando o discurso é progressista. A coerência entre teoria e prática exige análise constante, estudo e compromisso ético com a função social da educação.

Além disso, as políticas públicas educacionais são influenciadas por essas concepções. Reformas curriculares, avaliações externas, gestão escolar e financiamento da educação refletem determinadas visões de mundo. O educador, como profissional reflexivo, precisa estar atento a essas disputas e posicionar-se criticamente.

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA

A função social da escola abrange múltiplas dimensões e está profundamente conectada à formação integral do indivíduo para a vida em sociedade. Em sua essência, a escola visa promover a cidadania, proporcionar igualdade de oportunidades e preparar os alunos tanto para o mundo do trabalho quanto para a compreensão crítica e transformadora da realidade.

Esse papel é central para o desenvolvimento humano e social, pois vai além da transmissão de conteúdos acadêmicos, contribuindo para o fortalecimento das comunidades e para o bem-estar social. Assim, a função da escola é ampla e implica a responsabilidade de ser um espaço que acolhe e respeita a diversidade, contribui para a justiça social, incentiva a autonomia e prepara para a vida em sociedade.

Um dos pilares da função social da escola é a construção de uma cidadania ativa e consciente. A educação escolar não só prepara os indivíduos para o exercício de seus direitos e deveres, mas também os encoraja a participarem dos processos democráticos e das decisões coletivas de maneira crítica e informada.

Nesse ambiente, a escola atua como um espaço de aprendizado dos valores democráticos, promovendo o respeito pela diversidade de opiniões e incentivando a formação de cidadãos que compreendem a importância do diálogo, da solidariedade e do engajamento em causas coletivas. Assim, o estudante é levado a perceber a escola não apenas como um lugar de aprendizado acadêmico, mas também como uma preparação para viver e atuar na sociedade.

Outro aspecto fundamental é a promoção da igualdade de oportunidades. Em uma sociedade marcada por desigualdades econômicas e sociais, a escola assume um papel de inclusão e democratização do conhecimento, proporcionando acesso a conteúdos e experiências que possibilitam aos alunos romperem barreiras de exclusão social. Para muitas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, a escola representa a principal ou até única oportunidade de acessar o conhecimento necessário para ampliar suas perspectivas de vida.

A função da escola é, portanto, promover um ambiente igualitário e inclusivo, onde todos possam aprender e se desenvolver, independentemente de suas origens sociais, culturais ou econômicas. Esse compromisso com a equidade está diretamente relacionado à função da escola em reduzir desigualdades e proporcionar as ferramentas para uma vida digna e autônoma.

Além de contribuir para a formação cidadã e para a promoção da equidade, a escola também desempenha um papel socializante, fundamental para o desenvolvimento das habilidades de convivência e interação.

A experiência escolar permite que os alunos aprendam a se relacionar, respeitar as diferenças e compartilhar vivências, habilidades cruciais para a vida em sociedade. A convivência com a diversidade de realidades e pontos de vista em sala de aula e nas atividades coletivas contribui para a construção de valores como o respeito, a empatia, a responsabilidade e a capacidade de resolver conflitos de maneira construtiva. Esse processo de socialização, fundamental para o desenvolvimento integral, possibilita que os estudantes se tornem adultos capazes de contribuir para a harmonia e o progresso de sua comunidade.

Outro aspecto importante é a preparação para o mundo do trabalho e para o desenvolvimento econômico e tecnológico. O mercado de trabalho, em constante transformação, exige cada vez mais competências técnicas, criativas e adaptativas.

A escola, ao oferecer uma formação técnica e intelectual, prepara os alunos para as exigências do mundo profissional, capacitando-os para enfrentar desafios e contribuir de forma produtiva para o desenvolvimento econômico e para a inovação. Dessa forma, a escola desempenha também um papel essencial para o crescimento econômico sustentável, ao preparar cidadãos que não só participem da economia, mas que possam colaborar de maneira ética e consciente com o desenvolvimento da sociedade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): COMPETÊNCIAS GERAIS E HABILIDADES ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA PARA O 3º4º E 5º ANO

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

► Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.¹

A base curricular do ensino brasileiro tem passado por diversas mudanças, dentre elas, temos a lei a seguir.

Lei nº 13.415/2017:

- Altera a LDB
- Altera o Fundeb
- Altera a CLT
- Revoga a Lei 11.161/2005
- Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

► Quais as implicações?

Implicações curriculares, com flexibilização e aligeiramento da formação

- Altera o formato de financiamento público com privatização
- Atinge a formação docente
- Impacta a docência da rede particular de ensino
- Não assegura novos recursos

► Implicações Curriculares

Carga horária do ensino médio será ampliada de forma progressiva (§ 1º, Art. 24 LDB – nova redação) para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

Ou seja, só existe prazo para se chegar às mil horas, ou seja, uma hora em relação a carga horária atual.

A Lei não faz referência clara como essa expansão irá acontecer no ensino médio noturno. Apenas determina que os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.”

O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica, mas não especifica se atingirá os itinerários formativos do ensino médio. É provável que não.

¹ Fonte: www.educacao-infantil.aix.com.br

AMOSTRA

Obriga a oferta de língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental.

A Lei dispõe que a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais. Portanto, não necessitará de ser tratado para o conjunto dos estudantes.

A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do CNE e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

A BNCC definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

A parte diversificada dos currículos, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à BNCC e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

A BNCC referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. Portanto, não haverá a obrigatoriedade de disciplinas.

Obrigatoriedade apenas para o ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas, e de língua inglesa.

Outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, poderão ser ofertadas de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

A carga horária destinada ao cumprimento da BNCC não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio. Ou seja, próximo a 69% do total da carga horária.

► **Itinerários Formativos**

O currículo do ensino médio será composto pela BNCC e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de **diferentes arranjos curriculares**, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

Poderá ser composto **itinerário formativo integrado**, que se traduz na composição de componentes curriculares da BNCC e dos itinerários formativos.

Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput.

1. INTRODUÇÃO

► **A Base Nacional Comum Curricular**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013)3, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

